



São Paulo, 6 de julho de 2022.

Ofício GCRMC nº 1188/2022  
TC-002754.989.20-0

Senhor Procurador-Geral de Justiça

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência cópia do inteiro teor do Parecer emitido pela Egrégia Segunda Câmara desta Corte, publicado no DOE de 30/4/2022, acompanhado de cópia do item B.1.9.2 do Relatório de Fiscalização, para verificação quanto à constitucionalidade da Lei Municipal nº 1.407/94 (evento 39.13), disciplinadora do pagamento do “Abono Natalício” no Município de Bofete.

Apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

**RENATO MARTINS COSTA**  
Conselheiro-Presidente  
Segunda Câmara

Excelentíssimo Senhor Doutor  
MÁRIO LUIZ SARRUBBO  
Procurador-Geral de Justiça  
Ministério Público do Estado de São Paulo  
SÃO PAULO – SP

mds